

Junho, 2012
BPC Policy Brief - V. 2 N. 50

BPC Policy Brief

Monitor: Os resultados da Cúpula de Nova Déli e o futuro do BRICS

Diego Santos Vieira de Jesus



Sobre o BRICS Policy Center

O BRICS Policy Center é dedicado ao estudo dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e demais potências médias, e é administrado pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI), em colaboração com o Instituto Pereira Passos (IPP).

Todos os *briefs* tem sua publicação condicionada a pareceres externos. As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor(a)(es)(as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

Equipe BPC

SUPERVISOR GERAL
Paulo Esteves

COORDENADORA ADMINISTRATIVA
Lia Frota E Lopes

ASSISTENTE ADMINISTRATIVA
Bruna Risieri

EDITORAÇÃO E DESIGN
Thalyta Gomes Ferraz
Vinicius Kede

BRICS Policy Center/Centro de Estudos e Pesquisas BRICS
Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (21) 2535-0447 / CEP/ZIP CODE: 22280-020
www.bricspolicycenter.org / bpc@bricspolicycenter.org

BPC Policy Brief. V. 2. N. 50
Junho / Julho - 2012. Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center
ISSN: 2318-1818
6p ; 29,7 cm
1. Relações Internacionais. 2. Cúpulas. 3. Governança Global.



Os resultados da Cúpula de Nova Déli e o futuro do BRICS

Diego Santos Vieira de Jesus

Com o objetivo de reforçar a parceria para a estabilidade, a segurança e a prosperidade globais, a IV Cúpula do BRICS em Nova Déli englobou temas variados, como a gestão da crise econômica global; a reforma das instituições de governança econômica e financeira; a criação do banco de desenvolvimento do BRICS; meios de combate ao protecionismo; formas de se lidar com as questões síria e iraniana e a preocupação com desenvolvimento sustentável, ciência e tecnologia, urbanização, educação e saúde pública.

Durante a Cúpula, os membros do BRICS disseram que examinariam a viabilidade de um banco comum de investimentos para custear recursos de infraestrutura e projetos de economia sustentável em países emergentes. O grupo também fechou acordos para fomentar o comércio em seus mercados, os quais permitirão alcançar acordos econômicos usando moedas locais e facilitar o reconhecimento dos títulos de crédito a fim de reduzir o custo das transações. Porém, inúmeros itens da agenda permaneceram no âmbito de orientações gerais e imprecisas, sem avanços expressivos ou substantivos nas negociações multilaterais ou na resolução das crescentes disputas entre os membros do agrupamento.

No Encontro dos Ministros de Comércio do BRICS um dia antes da Cúpula, eles discutiram sobre a necessidade de fortalecer o comércio entre os membros do agrupamento como uma resposta aos problemas na Europa. Alertaram também que era necessário resistir a tendências protecionistas e promover o comércio internacional como um motor do crescimento e do desenvolvimento econômico. Como era previsto, os ministros destacaram que os subsídios na agricultura concedidos por alguns países desenvolvidos continuavam a distorcer o comércio e a minar a segurança alimentar e as perspectivas de desenvolvimento dos países menos desenvolvidos e reiteraram que se mantinham amplamente comprometidos com a conclusão das negociações baseados no progresso feito na Rodada de Doha desde 2001. Houve, assim, pouca novidade com relação a posicionamentos anteriores. Reiterou-se que os ministros não apoiariam qualquer iniciativa plurilateral que fosse contra os princípios fundamentais de transparência, inclusão e multilateralismo.

No dia anterior à Cúpula, no Encontro Anual e Fórum Financeiro: Mecanismo de Cooperação Interbancária do BRICS, os líderes dos bancos de desenvolvimento do agrupamento expressaram sua confiança no desenvolvimento econômico futuro e na cooperação interbancária. Dentre os principais temas discutidos no Fórum Empresarial do BRICS no mesmo dia, cabe destacar o fortalecimento da conectividade financeira para a ampliação do comércio e investimento; a segurança energética, com foco em energias renováveis; o papel de tecnologias de informação e comunicação e das inovações na melhoria dos negócios e a segurança alimentar global.

Foram emitidos, ao fim da Cúpula, a Declaração de Nova Déli e o Plano de Ação. Na Declaração, os líderes dos cinco países concordaram que os países industrializados deveriam adotar políticas financeiras e macroeconômicas responsáveis e pediram uma reforma mais rápida dos organismos internacionais. As economias desenvolvidas deveriam evitar a criação de liquidez mundial excessiva e adotar reformas estruturais para estimular o crescimento, criador de emprego. Os mercados emergentes temiam que a excessiva liquidez se espraiasse para as economias emergentes, provocando excessiva volatilidade nos fluxos de capital e nos preços de commodities.

Novamente os líderes do BRICS reconheciam a importância de uma arquitetura financeira global mais representativa e o estabelecimento de um sistema monetário internacional aprimorado. Era considerada urgente a necessidade de implementar a reforma de governança e cotas acordada em 2010, assim como uma revisão abrangente da fórmula de cotas de forma a melhor refletir os pesos econômicos e ampliar a representação dos emergentes até janeiro de 2013, seguida da finalização da próxima revisão geral de cotas até janeiro de 2014. Os líderes enfatizavam que os esforços para aumentar a capacidade de empréstimo do FMI seriam exitosos se houvesse empenho de todos os membros da instituição em fielmente implementar a reforma de 2010.

Embora acolhessem positivamente as candidaturas do mundo em desenvolvimento para o cargo de presidente do Banco Mundial e reiterassem que ele deveria ser escolhido em um processo aberto e baseado no mérito, os membros do agrupamento não apoiaram um único candidato para o cargo. Pesou a percepção de que a escolha do presidente do banco poderia ser arrastada para o debate eleitoral norte-americano, dificultando uma vitória de um candidato dos emergentes. Embora especialistas e setores da imprensa interpretassem a não-indicação de um candidato comum pelo BRICS como falta de articulação, é possível observar que o agrupamento aponta para a priorização de fóruns alternativos na busca de seus objetivos.

Os Ministros de Finanças do agrupamento foram instruídos a examinar a viabilidade de um banco de desenvolvimento do BRICS. As negociações para a criação de tal banco pareceram ter força, mas não havia consenso se funcionaria por um sistema de cotas, o que daria representatividade maior à China por seu peso econômico. Os líderes também tentariam definir se a presidência seria rotativa, como propôs a Índia, ou permanente, como chegou a defender a China. Os líderes também tinham dificuldades para definir o aporte de capital de cada país. Entretanto, o novo banco poderia permitir que se evitassem pressões e restrições políticas dos bancos financiados pelos EUA e países europeus e servir como mecanismo institucional para administração de diferenças entre os membros.

Como previsto, os líderes apelaram pelo fim imediato da violência na Síria e defenderam o direito do Irã a atividades nucleares pacíficas. Com a aceitação do plano de paz de Kofi Annan pelo governo sírio, houve na Cúpula a expressão do compromisso com a paz e a condenação à violência, seguidas da indicação de que as soluções não deveriam se configurar como ameaças ao princípio da soberania. O BRICS defendeu a resolução da controvérsia em torno do programa nuclear do Irã por meios político-diplomáticos e pelo estabelecimento do diálogo entre as partes envolvidas. Entretanto, a Cúpula ainda foi insuficiente quanto ao

desenvolvimento de uma plataforma para criar políticas multilaterais e ampliar a consulta entre os membros do agrupamento a fim de responder à turbulência sociopolítica na região. Ademais, o BRICS avançou pouco quanto a medidas robustas para combater ameaças como atividades terroristas e narcotráfico.

Os líderes do BRICS reconheciam na Declaração de Nova Déli a relevância e o foco da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), mas afirmavam que se deveria dar às autoridades nacionais flexibilidade e espaço político para que definissem caminhos rumo ao desenvolvimento sustentável, baseando-se no estágio de desenvolvimento do país, estratégias nacionais e prioridades. Não se pode dizer que houve, em Nova Déli, propostas inovadoras para a arquitetura institucional do desenvolvimento sustentável.

O BRICS destacou na Cúpula as inovações, em particular a cooperação entre centros científicos e de pesquisa para desenvolver plataformas tecnológicas conjuntas. Melhorias na infraestrutura urbana, a troca de informações sobre políticas educacionais e a colaboração no setor de saúde continuam se fazendo necessárias. O Plano de Ação de Nova Déli previu eventos para lidar com assuntos relevantes para o agrupamento e a cooperação em novas áreas como energia, avaliação acadêmica sobre a estratégia de longo prazo do agrupamento, políticas para a juventude e temas relacionados à população.

Os bancos de desenvolvimento do BRICS assinaram dois acordos: o “Master Agreement on Extending Credit Facility in Local Currency” e o “BRICS Multilateral Letter of Credit Confirmation Facility Agreement”. O primeiro busca reduzir a dependência em relação às moedas mais comercializadas, como o dólar e o euro, para transações entre os membros do BRICS e assim ajudar a reduzir os custos de transação no comércio intra-BRICS. O segundo ajudaria a reduzir custos de transação comercial e promoveria o comércio intra-BRICS.

Foi também lançado o “Relatório do BRICS”, desenvolvido pelos Ministérios de Finanças e Bancos Centrais dos países do agrupamento. Ele focava em perspectivas de crescimento, sinergias e complementaridades entre as cinco economias. A ênfase foi dada em boas práticas, áreas de cooperação e o fortalecimento dos vínculos econômicos para que o BRICS pudesse coletivamente ter um papel central pós-crise econômica global, num momento em que a economia mundial estava em fluxo e um rebalanceamento ocorria na direção das economias em desenvolvimento.

No dia seguinte à Cúpula, as bolsas de valores dos cinco países começaram a negociação cruzada de contratos de índices de ações dos mercados do agrupamento. O objetivo da aliança, denominada BRICSmart, é criar um canal que facilite o fluxo de recursos de investidores a oportunidades em economias emergentes de alto crescimento. Como os contratos são em moeda local, isso daria aos investidores a acesso a produtos referenciados em mercados de fora sem as limitações existentes ao investimento tradicional em ativos no exterior. Numa segunda etapa, será lançado um índice BRICSmart, referenciado nos contratos de futuros de cada bolsa e que será negociado em cada uma das cinco bolsas.

Ainda que propostas ambiciosas sejam previstas até a V Cúpula na África do Sul em 2013 e se tenham dado primeiros passos em iniciativas importantes como o Banco do BRICS, poucos avanços substantivos foram obtidos na Cúpula de Nova Déli. Decisões mais significativas ainda não foram tomadas, e muitos objetivos ainda permanecem em nível de declarações gerais.

Sobre os autores

Diego Santos Vieira de Jesus

Professor da Graduação e da Pós-Graduação lato sensu em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI / PUC-Rio)



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (21) 2535-0447 / CEP/ZIP CODE: 22280-020
www.bricspolicycenter.org / bpc@bricspolicycenter.org



Instituto
de Relações
Internacionais



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro